

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao Semestre e
Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP**

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2015 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato da Administradora possuir contabilizado em 31 de dezembro de 2015, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 81.037 mil, conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros conforme plano orçamentário preparado e aprovado pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 23 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751 / O-6

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2015		2014		PASSIVO	Nota	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
CIRCULANTE		35.225	14.094	CIRCULANTE		44.412	39.212				
Disponibilidades	4	1.236	595	Outras obrigações	9	44.412	39.212				
Títulos e valores mobiliários	5	24.779	10.371	Fiscais e previdenciárias	8	2.593	1.712				
Carteira própria		24.779	10.371	Diversas		41.819	37.500				
Outros créditos		9.210	3.128								
Diversos	6	9.210	3.128	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		82.596	75.582				
				Outras obrigações		82.596	75.582				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		154.748	133.899	Fiscais e previdenciárias	9	5.616	5.282				
Títulos e valores mobiliários	5	76.186	42.934	Diversas	8	76.980	70.300				
Carteira própria		76.186	42.934								
Outros créditos		78.562	90.965	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.965	33.199				
Diversos	6	78.562	90.965	Capital social	11	174.654	174.654				
				De domiciliados no país		174.654	174.654				
				Prejuízos acumulados		(111.689)	(141.455)				
TOTAL DO ATIVO		189.973	147.993	TOTAL DO PASSIVO		189.973	147.993				

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por lote de mil quotas)

	Nota	2º sem/2015	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5a	5.715	9.367	5.995
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.715	9.367	5.995
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Receitas de prestação de serviços	12	16.743	35.394	(40.324)
Outras despesas administrativas	13	62.346	125.554	114.334
Despesas tributárias	16	(31.865)	(64.754)	(134.936)
Outras receitas operacionais	14	(9.368)	(18.452)	(16.677)
Outras despesas operacionais	15	2.753	4.950	5.364
		(7.123)	(11.904)	(8.409)
RESULTADO OPERACIONAL		22.458	44.761	(34.329)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	470
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		22.458	44.761	(33.859)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Provisão para imposto de renda	7b	(7.423)	(14.995)	13.355
Provisão para contribuição social	7b	(4.035)	(7.686)	-
Ativo fiscal diferido	7b	(1.576)	(2.895)	-
		(1.812)	(4.414)	13.355
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		15.035	29.766	(20.504)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS (174,654,195)		86,08	170,43	(117,40)

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	174.654	(120.951)	53.703
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	(20.504)	(20.504)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	174.654	(141.455)	33.199
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	29.766	29.766
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	174.654	(111.689)	62.965
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	174.654	(126.724)	47.930
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	15.035	15.035
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	174.654	(111.689)	62.965

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2º sem/2015	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro ajustado		22.958	45.664	(33.186)
Lucro/(Prejuízo) líquido		15.035	29.766	(20.504)
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido:		7.923	15.898	(12.682)
Provisões e obrigações legais	10b	660	1.250	1.036
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(160)	(347)	(363)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários	7b	1.812	4.414	(13.355)
Provisões para imposto de renda e contribuição social	7b	5.611	10.581	-
Variações das contas de ativo e passivo operacional		(1.671)	2.637	6.835
(Aumento)/Redução de outros créditos		8.579	11.019	758
Aumento/(Redução) em outras obrigações		(5.042)	383	6.077
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.208)	(8.765)	-
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades operacionais		21.287	48.301	(26.351)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(20.723)	(47.660)	25.733
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades de investimento		(20.723)	(47.660)	25.733
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Caixa e equivalente de caixa no início dos semestre/exercícios		672	595	1.213
Caixa e equivalente de caixa no fim dos semestre/exercícios		1.236	1.236	595

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	1.018.571	873.582	CIRCULANTE	1.018.571	873.582
Disponibilidades	1.734	2.930	Obrigações diversas	1.018.571	873.582
Depósitos bancários	1.734	2.930	Obrigações com consorciados	446.695	420.290
Aplicações financeiras (nota 5)	273.594	231.987	Valores a repassar	2.273	2.836
Outros créditos	743.243	638.665	Obrigações por contemplações a entregar	191.665	160.699
Direitos com consorciados contemplados	743.243	638.665	Obrigações com a Administradora	251	249
Normais	737.343	634.085	Recursos a devolver a consorciados	317.961	247.099
Em atraso	5.900	4.580	Recursos dos grupos	59.726	42.409
COMPENSAÇÃO	3.615.506	4.582.067	COMPENSAÇÃO	3.615.506	4.582.067
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	43.671	46.357	Recursos mensais a receber de consorciados	43.671	46.357
Contribuições devedias ao grupo	1.952.058	2.403.177	Obrigações do grupo por contribuição	1.952.058	2.403.177
Valor dos bens a contemplar	1.619.777	2.132.533	Bens a contemplar - valor	1.619.777	2.132.533
TOTAL DO ATIVO	4.634.077	5.455.649	TOTAL DO PASSIVO	4.634.077	5.455.649


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)

	2º sem/2015	2015	2014
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DOS SEMESTRE/EXERCÍCIOS	264.448	234.917	177.505
Depósitos bancários	1.231	2.930	1.799
Cheques e outros valores a receber	-	-	5
Aplicações financeiras	263.217	231.987	175.701
(+) Recursos coletados	435.007	882.111	836.178
Contribuições para aquisição de bens	331.214	677.532	645.514
Taxa de administração	59.800	120.133	109.523
Contribuições ao fundo de reserva	10.083	20.598	19.507
Rendimento de aplicações financeiras	14.277	26.217	17.186
Multas e juros moratórios	4.369	9.705	8.351
Prêmios de seguro	7.151	15.056	16.091
Outros	8.113	12.870	20.006
(-) Recursos utilizados	424.127	841.700	778.766
Aquisição de bens	329.147	654.425	620.286
Taxa de administração	60.656	122.584	111.264
Multas e juros moratórios	1.072	2.148	1.774
Prêmios de seguro	7.389	15.658	16.643
Custas judiciais	22	36	35
Devolução a consorciados desligados	10.827	22.441	8.951
Despesas de registro de contratos	1.275	1.940	852
Outros	13.739	22.468	18.961
DISPONIBILIDADES NO FIM DOS SEMESTRE/EXERCÍCIOS	275.328	275.328	234.917
Depósitos bancários	1.734	1.734	2.930
Aplicações financeiras (nota 5)	273.594	273.594	231.987

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”) tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de março de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora**a) Resultado das operações**

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de Prestação de Serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.



c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

d) Ativos circulante e realizável em longo prazo

O ativo circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por “*impairment*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essa Medida Provisória foi convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração avaliou e concluiu que a referida Lei 12.973/14 não acarretou efeitos contábeis relevantes para a Administradora, a qual optou pela adesão da referida Lei em 2015.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer até 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.



b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Quantidade de grupos administrados	396	402
Quantidade de consorciados ativos	101.939	104.042
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	195.189	236.843
Quantidade de bens entregues no ano	17.071	18.090
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias - Antes a Circular 3.679/14	-	3.214
Quantidade de bens pendentes de entrega - Após a Circular 3.679/14 (i)	5.195	-
Taxa de inadimplência - Antes a Circular 3.679/14 (ii)	-	4,10%
Taxa de inadimplência - Após a Circular 3.679/14 (ii)	13,21%	-

(i) De acordo com a Circular 3.679/14, a quantidade de cotas contempladas, cujo os bens encontram-se pendentes de entrega, devem ser consideradas independentemente do prazo que estejam pendentes.

(ii) De acordo com a Circular 3.679/14, devem ser considerados como inadimplentes todos os valores a receber referentes a cotas de consorciados contemplados que estejam pendentes de liquidação, tanto em situações em que há o inadimplemento das parcelas, quanto em situações em que há valores a serem cobradas referentes à equalização da parcela gerada pela atualização do valor do bem de referência da cota.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Disponibilidades	<u>1.236</u>	<u>595</u>


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Certificados de Depósito Bancário – CDBs:</u>				
Banco GMAC S.A. – CDB Pré-Fixado (a)	100.965	53.305	-	-
<u>Cotas de fundos de investimento:</u>				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	273.594	231.987
Total	100.965	53.305	273.594	231.987

(a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até dezembro de 2017, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 11,1% (aplicação pactuada em julho de 2014) e 16,7% (aplicação pactuada em dezembro de 2015). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$9.367 (R\$5.995 em 2014), conforme nota 17d.

(b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$273.594 (R\$231.987 em 2014).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro 2015 e 2014:

	2015			2014		
	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Total</u>
Administradora:						
Certificados de Depósito Bancário	24.779	76.186	100.965	10.371	42.934	53.305

	2015		2014	
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Total</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>Total</u>
Grupos:				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	273.594	273.594	231.987	231.987

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.****6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

A conta “Outros créditos - diversos” possui a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	-	1.524
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (nota 7e)	81.037	85.356
Devedores por depósitos em garantia (b) (nota 10b)	6.439	5.608
Valores Pendentes de Recebimentos - Cobrança Judicial (c)	1.897	1.902
Provisões de Valores Pendentes de Recebimentos - Cobrança Judicial (c)	(1.897)	(1.902)
Outros (d)	<u>296</u>	<u>1.605</u>
Total	<u>87.772</u>	<u>94.093</u>
Ativo circulante	9.210	3.128
Realizável a longo prazo	78.562	90.965

- a) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários – CDB Pré-Fixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do exercício corrente.
- b) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais.
- c) Refere-se a valores a receber de contratos inadimplentes contemplados que estão em cobrança judicial, para os quais foi constituída uma provisão para perdas em função da expectativa de recuperação.
- d) Refere-se substancialmente a recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.



7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos exercícios:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	44.761	44.761	(33.859)	(33.859)
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de acordo com as alíquotas	(11.190)	(4.028)	8.465	3.047
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições/exclusões permanentes				
Outras adições/exclusões permanentes	(96)	(35)	(26)	(9)
Imposto diferido exercício anterior (i)	-	-	1.381	497
Incentivo Projetos Culturais (ii)	330	-	-	-
Adicional do imposto de renda	24	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(10.932)	(4.063)	9.820	3.535
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.995)		13.355	

- (i) Reconhecimento contábil de ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de 2013.
- (ii) Do total dos incentivos fiscais, R\$170 refere-se a doações a projetos culturais (PRONAC), conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, conforme art. 18º), R\$ 40 refere-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006 art.3º), R\$ 40 refere-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95 Art. 1º), R\$ 40 refere-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Art. 1º) e R\$ 40 refere-se a doações ao PRONAS (Lei 12.715/2012 Art. 6º).


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015		2014	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
IRPJ e CSLL correntes devidos no exercício	(7.686)	(2.895)	-	-
Constituição / realização de impostos diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(3.446)	(1.240)	9.338	3.362
Provisões para riscos fiscais	60	22	50	18
Provisões para cíveis e trabalhistas	161	57	85	31
Provisões para comissões	(264)	(95)	-	-
Outras adições temporárias	313	113	401	144
Constituição / realização de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	(70)	(25)	(54)	(20)
	<u>(10.932)</u>	<u>(4.063)</u>	<u>9.820</u>	<u>3.535</u>
Total	<u>(14.995)</u>		<u>13.355</u>	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2015		2014	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	49.485	17.815	52.931	19.055
Adições temporárias:				
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	99	36	99	36
Provisões para riscos fiscais (nota 10)	1.155	416	1.095	394
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	665	239	504	182
Provisões de valores a devolver para consorciados	3.089	1.112	3.089	1.112
Provisões para comissões (nota 8)	3.933	1.416	4.197	1.511
Outros	1.041	536	728	423
Total do crédito tributário	<u>81.037</u>		<u>85.356</u>	


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

d) Expectativa de realização e cálculo do valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social reconhecido contabilmente:

Ano	IRPJ		CSLL		Valor contábil	Valor presente*
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2016	2.603	3.874	1.087	1.349	8.913	7.684
2017	327	5.012	120	1.804	7.263	5.398
2018	666	6.235	248	2.303	9.452	6.056
2019	71	6.789	26	2.444	9.330	5.153
2020	68	7.172	25	2.582	9.847	4.688
2021	12	7.479	4	2.692	10.187	4.181
2022	6	8.086	2	2.911	11.005	3.894
2023	6.229	4.838	2.243	1.730	15.040	4.587
2024	-	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-	-
Total	9.982	49.485	3.755	17.815	81.037	41.641

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$41.641 em 31 de dezembro de 2015.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado anualmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<u>Créditos tributários:</u>	31/12/2014	Constituições (Realizações)	
		Líquidas	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	135	-	135
Provisões para riscos fiscais	1.489	82	1.571
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	686	218	904
Provisões de valores a devolver para consorciados	4.201	-	4.201
Provisões para comissões	5.708	(359)	5.349
Outras adições temporárias	1.151	426	1.577
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	<u>13.370</u>	<u>367</u>	<u>13.737</u>
Créditos de prejuízo fiscal	52.931	(3.446)	49.485
Créditos de base negativa de contribuição social	19.055	(1.240)	17.815
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	<u>71.986</u>	<u>(4.686)</u>	<u>67.300</u>
Total de créditos tributários (nota 6)	<u>85.356</u>	<u>(4.319)</u>	<u>81.037</u>
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(902)	(95)	(997)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias (nota 9)	<u>(902)</u>	<u>(95)</u>	<u>(997)</u>
Líquido	<u>84.454</u>	<u>(4.414)</u>	<u>80.040</u>

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	2015	2014
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	77.828	68.233
Provisões de valores a devolver a consorciados (b)	19.088	17.248
Provisões para comissões (c)	15.731	16.789
Provisões para riscos cíveis (nota 10a)	2.488	2.017
Provisão para riscos trabalhistas (nota 10a)	171	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	17	511
Outros	3.476	3.002
Total	<u>118.799</u>	<u>107.800</u>
Passivo circulante	41.819	37.500
Exigível a longo prazo	76.980	70.300


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

- (a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$21.351 (R\$17.197 em 2014) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução.
- (b) Referem-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam informações dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.
- (c) Referem-se à provisões para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisões para impostos sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL (a)	975	-
Provisões para riscos fiscais (nota 10a)	4.620	4.380
Provisões para passivo fiscal diferido sobre atualizações monetárias do depósitos judiciais (b) (nota 7e)	997	902
Impostos e contribuições a recolher (c)	<u>1.617</u>	<u>1.712</u>
Total	<u><u>8.209</u></u>	<u><u>6.994</u></u>
Passivo circulante	2.593	1.712
Exigível a longo prazo	5.616	5.282

- a) Referem-se a R\$667 de IRPJ e R\$308 de CSLL sobre o exercício corrente.
- b) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo (nota 7e).
- c) Referem-se aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$1.569 (R\$1.458 em 2014) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$48 (R\$254 em 2014).


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações legais tributárias:		
Programa de Integração Social – PIS	2.639	2.450
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	1.981	1.930
Total das provisões para obrigações legais (nota 9)	4.620	4.380
Provisões para riscos cíveis (nota 8)	2.488	2.017
Provisões para riscos trabalhistas (nota 8)	171	-
Total	<u>7.279</u>	<u>6.397</u>

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.380	-	2.017	6.397
Constituição / (Reversão) líquida do exercício	240	171	839	1.250
Pagamentos	-	-	(368)	(368)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>4.620</u>	<u>171</u>	<u>2.488</u>	<u>7.279</u>
Depósitos em garantia (nota 6b)	<u>4.633</u>	<u>17</u>	<u>1.789</u>	<u>6.439</u>

Resumo dos passivos contingentes classificadas como possíveis:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante em R\$ mil</u>	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante em R\$ mil</u>
Trabalhistas	-	-	3	310
Cíveis	287	1.215	187	511
Total	<u>287</u>	<u>1.215</u>	<u>190</u>	<u>821</u>

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (Pis-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (Pis-Faturamento).
- CPMF - Mandado de Segurança impetrado visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora.



Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$174.654 (174.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$174.654 em 31 de dezembro de 2014).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$29.766 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram distribuídos dividendos ou destinação de reserva, em virtude do prejuízo acumulado não ter sido totalmente compensado.

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços referem-se a taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	<u>2º semestre</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de prestação de serviços	62.346	125.554	114.334


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º semestre</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prestação de serviços administrativos (a) (nota 17d)	3.427	8.119	13.211
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	22.568	43.670	104.943
Serviços técnicos especializados	2.640	5.177	4.829
Sistema de comunicação	1.156	2.304	3.217
Sistema de processamento de dados	941	2.939	4.600
Despesas com serviços do sistema financeiro	461	973	1.031
Despesas com propaganda e publicidade	64	260	454
Outras	608	1.312	2.651
Total	<u><u>31.865</u></u>	<u><u>64.754</u></u>	<u><u>134.936</u></u>

(a) Refere-se a prestação de serviços de terceiros realizado pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda (nota 17d). A partir de 01 de dezembro de 2015, os colaboradores registrados na GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., prestadora de serviços do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, foram transferidos para o Banco GMAC S.A.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram vendidas 32.000 cotas de consórcios (60.806 em 2014), sendo 14.760 cotas no 2º semestre de 2015.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reversão de provisões para pagamentos à efetuar	66	612	259
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	160	347	363
Receita de multa e juros	1.083	2.162	1.777
Recuperação de despesas operacionais (a)	1.116	1.360	-
Outras (b)	328	469	2.965
Total	<u><u>2.753</u></u>	<u><u>4.950</u></u>	<u><u>5.364</u></u>

a) Refere-se substancialmente a recuperação de despesas com cadastro de veículos, as quais são pagos pela Administradora e passaram no exercício de 2015 a ser reembolsados pelos consorciados.

b) Refere-se substancialmente a recuperação de comissão sobre vendas de cotas de consórcio que estejam inadimplentes ou canceladas. No exercício de 2014 quando do início desta nova política comercial, houve uma recuperação expressiva, no montante de R\$2.302.


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Varição monetária e juros passivos (a)	5.109	9.244	6.927
Atualização das provisões para riscos fiscais (nota 10b)	129	240	198
Provisões para riscos cíveis e trabalhista (nota 10b)	531	1.010	838
Outras	1.354	1.410	446
Total	<u><u>7.123</u></u>	<u><u>11.904</u></u>	<u><u>8.409</u></u>

- a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver á consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2º semestre</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ISS	3.171	6.385	5.806
PIS	1.093	2.140	1.937
COFINS	5.104	9.926	8.924
IOF	-	1	10
Total	<u><u>9.368</u></u>	<u><u>18.452</u></u>	<u><u>16.677</u></u>

17. PARTES RELACIONADAS
a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de curto prazo

	<u>2º semestre</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários e Honorários da Diretoria Executiva			
Remuneração fixa	115	214	762
Remuneração variável	1	43	178
Outros benefícios (Prêmios, Rescisões e Benefícios)	3	66	-
Total	<u><u>119</u></u>	<u><u>323</u></u>	<u><u>940</u></u>

Em 2015 o grupo revisou a metodologia de apuração de remuneração da Administração, considerando apenas os Diretores Estatutários como sendo pessoas chaves da administração, resultando em redução dos valores em comparação ao exercício anterior.

**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

c) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2015	2014	2015	2014
CONTROLADORA:				
Banco GMAC S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5a)	100.965	53.305	9.367	5.995
Outras obrigações – diversas (nota 8)	(17)	(511)	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:				
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(8.119)	(13.211)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.


GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
19. LIMITE OPERACIONAL

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2015 foi de 12,68%. O cálculo do patrimônio líquido ajustado leva em consideração todas as empresas que compõem o conglomerado do Banco GMAC S.A.

Título / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	57.371	11.474	1.262
Risco reduzido - 75%	9.369.844	7.027.383	773.012
Risco reduzido - 100%	2.599.406	2.599.406	285.935
Risco reduzido - 250%	194.149	485.372	53.391
Risco reduzido - 300%	108.261	324.784	35.726
SubTotal 1	<u>12.329.031</u>	<u>10.448.419</u>	<u>1.149.326</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.252.051	1.252.051	137.726
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	81	81	9
SubTotal 2	<u>1.252.132</u>	<u>1.252.132</u>	<u>137.735</u>
Total do Patrimônio mínimo exigido	<u>13.581.163</u>	<u>11.700.551</u>	<u>1.287.061</u>
Patrimônio de referência			1.483.992

* Índice de Basileia = Patrimônio de referência / (Total do Patrimônio mínimo exigido / 11%)



Anotações





CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS

www.chevrolet.com.br